



**Relatório & Contas
2018**

Principais indicadores

CAIFRM	2018	2017	2016	18/17 % Variação
Valores em Euros				
Volume de Negócios	52.839,69	55.771,85	53.353,00	-5,26%
Subsídios à exploração	85.530,59	75.745,41	72.074,90	12,92%
Nº Utentes SAD	21	20	21	5%
Nº Utentes SAD com Acordo	18	18	18	0%
Nº Utentes CD	7	7	7	0%
Nº Utentes CD com Acordo	4	4	4	0%
Nº de colaboradores em 31 de Dezembro	6	6	6	0%
Investimento	2.792,25	2.347,85	39.254,96	18,93%
Resultado Líquido	-2.328,85	1.951,25	588,44	-219,35%

Índice de Conteúdos



1-Relatório de actividades do Centro Apoio a Idosos da Freguesia de R.Moinhos	4
1.1. Enquadramento	4
1.2. Serviço Apoio Domiciliário (SAD) e Centro de Dia (CD)	5
1.3. Actividade Operacional	6
Recursos Humanos	8
Investimento	8
2-Antevisão de 2019	9
Proposta de Aplicação de Resultados.	10
Agradecimentos.	11
Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.	
Balanço	
Demonstração dos resultados por naturezas	
Demonstração de Fluxos de Caixa	
Anexo	

1. Relatório de actividades do CAIFRM

1.1. Enquadramento

O ano de 2018 foi marcado pela estabilidade dos recursos humanos e financeiros, a angariação de novos sócios, na participação e organização de vários eventos, mas fundamentalmente na procura da melhoria da qualidade de serviços e na candidatura ao BPI Sénior, através do projecto Jardim dos Sentidos, tendo sido aprovado com uma menção honrosa com um prémio no valor de 20.800,00 Euros.

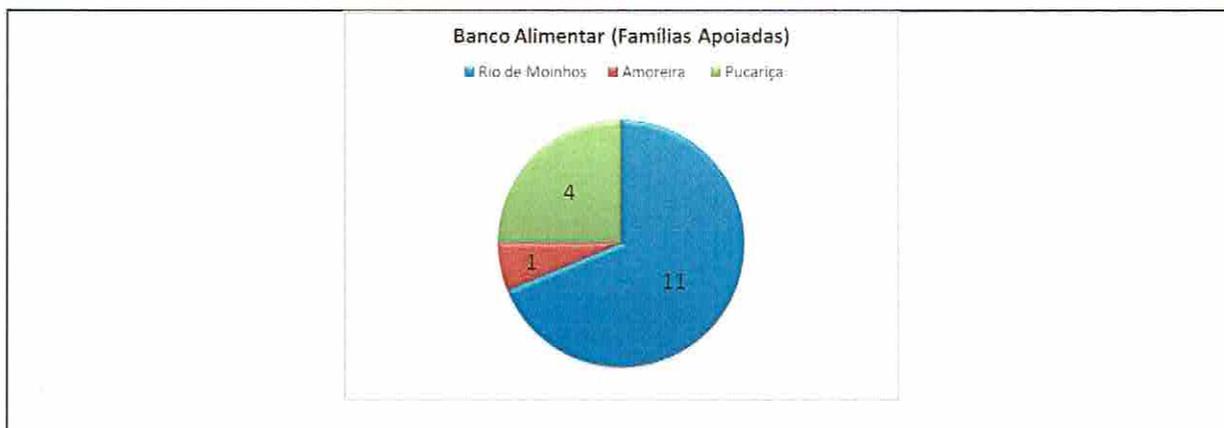


A candidatura ao Finsocial da Câmara Municipal de Abrantes através da Escola dos Sorrisos em parceria com a Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, proporcionou um conjunto de atividades diversa não só aos nossos utentes como à comunidade local em geral.

Mantivemos o parceiro informático e o alojamento e manutenção do site oficial do CAIFRM-Portal : <http://cairiomoinhos.pt/>

Continuação da cedência do colaborador da Junta de Freguesia na introdução e manutenção da base de dados dos sócios da Instituição, foram admitidos 21 novos sócios durante o ano de 2018, registamos 3 cancelamentos motivados na maioria dos casos por falecimento de sócios, a 31 de dezembro a Instituição registava 253 sócios ativos.

A IPSS continuou no ano de 2018 a assegurar a atividade do Banco Alimentar na freguesia, apoiou 16 famílias, compostas por 22 pessoas das quais estão incluídas 3 crianças até aos 10 anos (em 2017 foram apoiadas 13 famílias compostas por 21 pessoas, sendo que 2 foram crianças até 10 anos).



A instituição realizou uma festa dos santos populares no dia 23 de Junho e participou no XIV Encontro dos Rio de Moinhos, realizado no dia 01 de Julho em Rio de Moinhos de Penafiel com as Marchas Populares formada por utentes, funcionários e membros da direção;

A 27 de Outubro de 2018 foi realizada a quarta noite de fados na Sede Social da junta de Freguesia, com a presença de 140 pessoas, obteve-se um resultado positivo de 952,29 Euros

Em todos os eventos foi crucial o apoio de membros dos órgãos sociais, funcionários e amigos.



A Gestão da instituição foi da total responsabilidade da atual direção, desde da elaboração do Orçamento e Plano de atividades de 2018 à execução de objetivos, os níveis de atividade foram dinâmicos e na sua maioria cumpridos, para isso foi possível contar com a participação de todos os membros dos Órgãos Sociais, funcionários e amigos.

1.2. Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Centro de Dia (CD)

A Instituição continua a assegurar as duas valências. Os serviços de apoio domiciliário apresentaram um aumento do número de utentes de 20 para 21, o total do valor das mensalidades dos utentes passaram de 38.018,25,45 eur em 2017 para 38.600,58 em 2018. Por outro lado o Centro de Dia manteve os 7 utentes do ano anterior, mas registou um valor total de mensalidades dos utentes de 11.216,08, menos 3.299,52 do que o ano anterior. Em termos globais a atividade apresentou uma diminuição de -5,26% em relação a 2017. O número de acordos de cooperação com a segurança social de Santarém continuam a ser 18 no SAD e 4 no CD. Dada a consistência do numero de utentes do Centro de Dia foi realizado um pedido à Segurança Social dos atuais 4 acordos para 7 acordos, apesar da nossa insistência até à presente data não obtivemos qualquer resposta para o aumento de acordos.

1.3. Atividade Operacional

Grau de satisfação dos Utentes

Foi realizado um inquérito global de satisfação aos utentes de SAD e CD, o grau de satisfação manifestado pelos utentes é satisfatório, tanto ao nível do serviço funcional como em relação à direção da instituição.

Caraterização e atividades desenvolvidas pelos Utentes SAD, CD e Escola dos Sorrisos

Tentamos seguir o plano de atividades com os utentes, mencionamos algumas atividades desenvolvidas com os clientes de SAD e CD e Escola dos Sorrisos nomeadamente:

a) Caracterização do serviço de apoio domiciliário e centro de dia

	Sexo		Localidade				
	F	M	Rio Moinhos	Amoreira	Pucariça	Abrançaça	Martichel
SAD	9	12	13	3	3	1	1
	21		21				
CD	5	2	4	2	1	0	0
	7		7				

b) Caracterização da Escola dos Sorrisos

Escola dos Sorrisos														Ano 2018	
Nº Total de Participantes	Segunda-feira		Terça-feira				Quarta-feira		Quinta-feira			Sexta-feira			
	Manhã	Tarde	Manhã	Tarde			Manhã	Tarde	Manhã		Tarde				
	Trabalhos Manuais	Marchas Populares - Costura ou coreografia	Dança Sénior	Leitura e Escrita	Estimulação Cognitiva	Informática - Turma 1	Picture	Hidroénior	Caminhadaa	E. Musical e Vocal		Informática - Turma 2	Informática - Turma 3	Hidroénior	Marchas Populares - Coreografia
65	20	20	29	2	8	5	19	22	6	27		6	6	22	28
Nº de participantes que também frequentam o SAD ou CD	9	2	14	1	8	0	9	2	6	11		0	0	2	2
Residência dos Participantes															
Rio de Moinhos		35													
Amoreira		9													
Pucariça		15													
Abrançaça		3													
Abrantes		3													
Sexo dos participantes															
Homens		16													
Mulheres		49													

c)Atividades desenvolvidas no serviço de apoio domiciliário, centro de dia e escola dos sorrisos

[Handwritten signatures and initials]



Marchas Populares - 2018



Carnaval - 2018



Magusto no Centro Escolar de R.Moinhos

Recursos Humanos

O número médio de colaboradores esteve em linha com o nível de atividade, encerrando o ano com seis funcionários, inclui uma colaboradora das medidas apoiadas pelo IEFP.

Perfil dos Colaboradores:

		2018		2017	
Género	Homens	0	0%	0	0%
	Mulheres	6	100%	6	100%
Idade	< 25 anos	0	0%	0	0%
	26~35 anos	0	0%	1	16,67%
	36~45 anos	3	50,00%	2	33,33%
	46~55 anos	2	33,33%	2	33,33%
	> 55 anos	1	16,67%	1	16,67%
Antiguidade	< 5 anos	3	50%	3	50%
	6~10 anos	0	0%	1	16,67%
	11~20 anos	3	50%	2	33,33%
	> 20 anos	0	0%	0	0%

Durante o ano de 2018 os funcionários realizaram algumas ações de formação de modo a adequar competências às necessidades reais dos utentes.

Investimento

No ano de 2018 registou-se um aumento ligeiro de investimento na Instituição, relativamente ao ano anterior, as aquisições realizadas resultaram essencialmente do projecto do FinSocial, desta forma possibilitou munir a instituição de equipamentos e tecnologias, por de forma a desenvolver e realizar as actividades dos nossos utentes e sócios. Assim foi comprado um ar condicionado para a sala de refeições, uma máquina de costura e a montagem de uma escada fixa para o sótão.

Antevisão de 2019

Com a perspetiva de manutenção ou até de um ligeiro aumento de utentes para o ano de 2019, mas no entanto tendo em conta o prejuízo do exercício de 2018 e a análise do custo médio por utente das valências SAD (440,05) e CD (300,49), foi necessário rever os regulamentos com e sem acordo. Nomeadamente os regulamentos sem acordo SAD e CD foram revistos, para que os novos utentes que venham a ser admitidos, passem a suportar o valor do custo médio da valência utilizada e assim equilibrar a situação financeira, evitando prejuízos futuros para a Instituição.

Na revisão dos regulamentos também se teve em consideração, a cobrança da distância para os novos utentes localizados fora da freguesia de Rio de Moinhos, de forma a colmatar os custos de transporte. Os regulamentos foram aprovados em reunião de direção, tendo entrado em vigor a 01 de março de 2019.

Vamos continuar a insistir com o Instituto da Segurança Social na resposta do pedido de apoio realizado, de 4 para 7 participações para o Centro de Dia. Continuamos empenhados em crescer e dar uma maior resposta à comunidade idosa da freguesia de Rio de Moinhos e freguesias vizinhas já que temos uma capacidade instalada para Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário.

Projetos ambiciosos estão no horizonte da Instituição para o ano de 2019, nomeadamente com o pedido à segurança social de transformar a Escola dos Sorrisos numa valência-Centro Convívio que corresponde a uma população sénior mais nova e mais ativa.

Em função do prémio BPI Sénior pretendemos realizar em parceria com a Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, o Jardim dos Sentidos e arranjos exteriores, no espaço contíguo ao edifício Fernando Ferreira. Continuamos a acompanhar o processo do prédio de Lisboa e a confiar na estratégia da Junta de Freguesia na resolução e consequentes benefícios para a Instituição (LAR).

Os desafios portanto não serão poucos, mas certamente será um ano de muita dedicação de toda a Equipa do Centro Apoio para ultrapassar as dificuldades e demonstrar aos sócios que a aposta contínua nesta Instituição foi e será uma decisão de sucesso, prova disso, são já os sete novos sócios admitidos este ano.

Proposta de Aplicação de Resultados.

A Direção do Centro de Apoio a Idosos da Freguesia de Rio de Moinhos propõe que ao Resultado Líquido do Exercício de (2.328,85) Euros negativos seja dada a seguinte aplicação:

- i. Transferência do resultado líquido no montante de (2.328,85) Euros (dois mil, trezentos e vinte e oito euros e oitenta e cinco cêntimos) para Resultados Transitados.

Agradecimentos.

A Direção do Centro de Apoio a Idosos da Freguesia de Rio de Moinhos agradece a todos os utentes e suas famílias o facto de acreditarem que esta Instituição consegue prestar os serviços de que necessitam com uma qualidade e preço que se adequam às suas necessidades.

Expressamos também o nosso agradecimento aos sócios, pela confiança depositada nos nossos projetos e gestão.

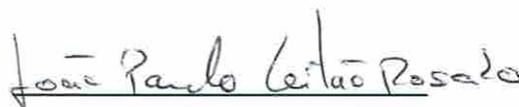
Os nossos agradecimentos vão principalmente para o Banco BPI, a Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, empresas, instituições e outros organismos (ISS) que connosco trabalharam durante 2018.

A todos os colaboradores da Instituição, pelo seu empenho e dedicação, a nossa gratidão.

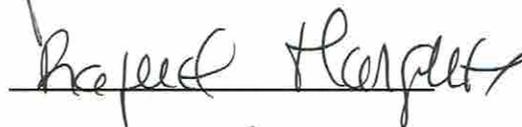
Rio de Moinhos, 10 de Março de 2019

ADireção

João Rosado
(Presidente)



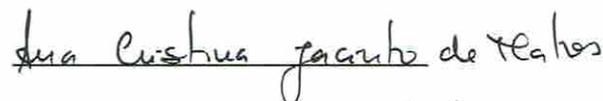
Raquel Marques
(Vice-Presidente)



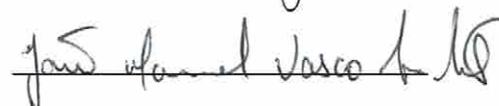
Nuno Lopes
(1º Secretário)



Ana Matos
(2ª Secretária)



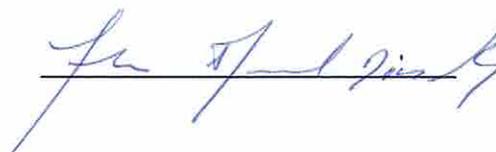
João André
(Tesoureiro)



Guilhermino Pedro
(1º Vogal)



Júlio Flôr
(2º Vogal)



Centro de Apoio a Idosos
Freguesia Rio de Moinhos

Demonstrações Financeiras

31 Dezembro de 2018

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
Anexo	6
1. Identificação da Entidade	6
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	6
3. Principais Políticas Contabilísticas	7
3.1. Bases de Apresentação	7
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	8/12
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	12
5. Ativos Fixos Tangíveis	12
6. Custos de Empréstimos Obtidos.....	13
7. Inventários	13
8. Rédito.....	14
9. Subsídios do governo e Apoios do Estado	14
10. Benefícios dos empregados	14
11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	15
12. Outras Informações	15
12.1. Outras contas a receber.....	15
12.2. Diferimentos	15
12.3. Caixa e Depósitos Bancários	16
12.4. Fundos Patrimoniais	16
12.5. Fornecedores	16
12.6. Estado e Outros Entes Públicos	17
12.7. Outras Contas a Pagar	17
12.8. Fornecimentos e serviços externos	17
12.9. Outros rendimentos e ganhos	18
12.10. Outros gastos e perdas	18
12.11. Resultados Financeiros	18
12.12. Acontecimentos após data de Balanço	19

Balanço

Rubricas	Notas	2018	2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		245 517,86	256 957,29
Investimentos financeiros		477,30	284,43
Accionistas / Sócios		0,00	0,00
Subtotal		245 995,16	257 241,72
Activo corrente			
Inventários		253,05	255,37
Clientes		4 660,60	4 498,50
Estado e outros entes públicos		1 986,12	1 281,68
Outras Contas a receber		2 977,01	1 615,56
Diferimentos		1 286,82	2 084,36
Outros activos correntes		350,00	350,00
Caixa e depósitos bancários		32 375,13	11 664,98
Subtotal		43 888,73	21 750,45
Total do activo		289 883,89	278 992,17
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Resultados transitados		47 509,38	45 558,13
Outras variações no capital próprio		182 750,12	188 046,15
Subtotal		230 259,50	233 604,28
Resultado líquido do exercício		-2 328,85	1 951,25
Total do capital próprio		227 930,65	235 555,53
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		22 626,58	28 534,83
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Subtotal		22 626,58	28 534,83
Passivo corrente			
Fornecedores		8 708,81	5 296,61
Estado e outros entes públicos		1 736,29	1 746,20
Diferimentos		20 800,00	0,00
Outros Passivos correntes		8 081,56	7 859,00
Subtotal		39 326,66	14 901,81
Total do Passivo		61 953,24	43 436,64
Total do capital próprio e do passivo		289 883,89	278 992,17

Rio de Moinhos,

O Contabilista Certificado,

A Direcção,
João Paulo Leitão Rosado
Rafael Marques
Nuno Miguel F. John
Ana Cristina Jacinto de Matos
João Manuel Vasco
3
João Paulo Leitão Rosado
Certificado pelo Prof. Pedro

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2018	2017
Pos	Neg				
71/72		Vendas e serviços prestados		52 839,69	55 771,85
75		Subsídios à exploração		85 530,59	75 745,41
73		Variação de Inventários na produção		0,00	0,00
74		Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-35 648,64	-37 154,80
	62	Fornecimentos e serviços externos		-24 236,17	-22 054,16
	63	Gastos com pessoal		-80 723,39	-83 889,99
762	65	Imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
763	67	Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
78		Outros rendimentos e ganhos		15 617,35	29 237,12
	68	Outros gastos e perdas		-1 070,29	-1 161,32
		Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		12 309,14	16 494,11
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-14 231,68	-13 804,46
		Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		- 1 922,54	2 689,65
79	69	Gasto Líquido de Financiamento		- 406,31	-738,40
		Resultado antes de impostos		- 2 328,85	1 951,25
812		Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
		Resultado líquido do período		-2 328,85	1 951,25

Rio de Moinhos,

O Contabilista Certificado,

A Direcção,

João Paulo Leitão Rosado
 Rafael Augusto
 Nuno Miguel Ferreira João

Joaquim Cristiano Jacinto de Barros
 João Manuel Vasco de Sá
 João Paulo de Sá

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		52 680,13	56 622,44
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(56 470,29)	(61 256,56)
Pagamentos ao pessoal		(80 500,83)	(83 537,77)
Caixa gerada pelas operações		(84 290,99)	(88 171,89)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		114 030,98	95 967,78
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		29 739,99	7 795,89
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(2 792,25)	(9 635,59)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		(192,87)	(60,00)
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		454,00	
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(2 531,12)	(9 695,59)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		5 908,25	5 865,70
Juros e gastos similares		590,47	738,40
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(6 498,72)	(6 604,10)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		20 710,15	(8 503,80)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		11 664,98	20 168,78
Caixa e seus equivalentes no fim do período		32 375,13	11 664,98

Rio de Moinhos,

O Contabilista Certificado,

A Direcção,
João Paulo Leitão Rosa
Luís Manuel Veiros
António Miguel Ferreira

Centro Apoio a Idosos da Freguesia Rio de Moinhos
 Rua Fernando Ferreira Nº 1
 NIF: 504366980

Luís Manuel Veiros
João Paulo Leitão Rosa
António Miguel Ferreira

Anexo

1. Identificação da Entidade

O CENTRO APOIO A IDOSOS DA FREGUESIA RIO DE MOINHOS é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados e aprovados pelo decreto-lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro alterado pelo decreto-lei nº 402/85 de 11 de Outubro, e Diário da República n.º 53 de 04/03/1992, Série III, com sede em Rua Fernando nº1 2200-798 Rio de Moinhos. Tem como actividade principal o apoio social para pessoas idosas, sem alojamento tendo como objectivo desenvolver a actividade de apoio social para pessoas com alojamento bem como outras actividades associativas.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2011, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2011 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.



3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, para a Associação, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços e à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

7
A
Mh
H

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes, com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.



As despesas subseqüentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	5
Outros Ativos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Bens do Património Histórico e Cultural

A Associação não possuiu bens desta natureza.

3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).



Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*

- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 31-12-2017	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-12-2018
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	301 452,91	-	-	-	-	301 452,91
Equipamento básico	17 230,36	84,98	-	-	-	17 315,34
Equipamento de transporte	73 543,13	-	-	-	-	73 543,13
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	72 942,99	-	-	-	-	72 942,99
Outros Ativos fixos tangíveis	13 812,61	2 707,27	-	-	-	16 519,88
Investimentos em Curso	-	-	-	-	-	-
Total	478 982,00	2 792,25	-	-	-	481 774,25
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	74 608,13	-	-	6 250,70	-	80 858,83
Equipamento básico	15 856,32	-	-	211,53	-	16 067,85
Equipamento de transporte	59 980,63	-	-	5 250,00	-	65 230,63
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	69 487,66	-	-	1 108,48	-	70 596,14
Outros Ativos fixos tangíveis	2 091,97	-	-	1 410,97	-	3 502,94
Total	222 024,71	-	-	14 231,68	-	236 256,39

6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Financiamentos obtidos

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	-	15 624,97	15 624,97	-	19 791,65	19 791,65
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	-	15 624,97	15 624,97	-	19 791,65	19 791,65

Empréstimos Bancários

Descrição	2018			2017		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	-	-	-	-	-	-
De um a cinco anos	-	-	-	-	-	-
Mais de cinco anos	4 166,68	406,31	4 572,99	4 166,68	508,40	4 675,08
Total	4 166,68	406,31	4 572,99	4 166,68	508,40	4 675,08

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 31-12-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-12-2018	CMVMC
Matérias-primas	29,73	35 350,30	-	44,58	35 335,45
Materiais Diversos	225,64	296,02	-	208,47	313,19
Total	255,37	35 646,32	-	253,05	35 648,64

8. Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
	-	-
Prestação de Serviços - Matrículas e Mensalidades	49 816,66	52 533,85
	-	-
Quotas e Jóias	2 763,00	3 238,00
Total	52 579,66	55 771,85

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo	61 701,36	60 372,48
ISS-IP - Centros Distritais	61 701,36	60 372,48
...	-	-
Total	61 701,36	60 372,48

10. Benefícios dos empregados

Os órgãos directivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de 7 e em 31/12/2017 foi de 8.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
	-	-
Remunerações ao Pessoal	57 099,98	67 678,87
Encargos sobre as Remunerações	11 549,68	13 791,80
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1 372,59	1 704,48
Outros Gastos com o Pessoal	763,10	714,84
Total	70 785,35	83 889,99

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Devedores por acréscimo de rendimentos	2 977,01	1 615,56
Mensalidades	-	-
Quotas	-	-
Total	2 977,01	1 615,56

12.2. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	1 286,82	2 084,36
Rendimentos a reconhecer	-	-
	-	-
Total	1 286,82	2 084,36

12.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	106,12	314,14
Depósitos à ordem	32 269,01	11 350,84
	-	-
Total	32 375,13	11 664,98

12.4. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-01-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2018
Fundos	-	-	-	-
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	45 558,13	1 951,25	-	47 509,38
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	188 046,15	-	(5 296,03)	182 750,12
Total	233 604,28	1 951,25	(5 296,03)	230 259,50

12.5. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	8 708,81	5 296,61
Total	8 708,81	5 296,61

12.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Retenção de impostos sobre rendimentos		
Trabalho Dependente	243,00	254,00
Segurança Social	1 452,29	1 492,20
Reembolsos Pedidos	1 986,12	1 281,68
Total	3 681,41	3 027,88

12.7. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

12.8. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Trabalhos Especializados	4 187,80	4 143,58
Electricidade	2 630,15	3 004,07
Água	626,30	448,24
Combustíveis	1 960,62	1 935,24
Materiais	1 586,37	1 599,31
Conservação e Reparação	2 656,04	2 605,47
Comunicação	674,93	1 173,77
Limpeza higiene e conforto	744,47	1 219,20
Seguros	905,71	1 104,86
Honorários	1 217,40	666,00
Outros	7 046,38	4 154,42
Total	24 236,17	22 054,16

12.9. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Outros Rendimentos e Ganhos	15 617,35	29 237,12
Total	15 617,35	29 237,12

12.10. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos		
Outros Gastos e Perdas	886,13	1 161,32
Total	886,13	1 161,32

12.11. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e Gastos Similares Suportados		
Juros suportados	590,47	738,40
Total	590,47	738,40

12.12. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direcção a 19 de março de 2019.

Rio de Moinhos, 19 março de 2019

O Contabilista Certificado

A Direcção

João Paulo Leitão Resada
Rafael Marques
Nuno Miguel Ferreira Lopes

João António Jacinto de Ramos
José Manuel Vitor Almeida
Luís António
António Luís Lopes Pedro